



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

PIB deve registrar ligeira retração no 3º trimestre, enquanto o crédito deve seguir em desaceleração

Na agenda de indicadores, as atenções do mercado estarão voltadas para o resultado do PIB do 3º trimestre, que será conhecido na terça (5) e deve recuar após o bom desempenho no 1º semestre. A expectativa é que o indicador mostre ligeira retração de 0,3% na margem, refletindo, sobretudo, a contribuição negativa do setor agrícola (fim da colheita da safra e impactos sobre as outras atividades), além de alguma moderação do setor de serviços, na ótica da oferta; e, a retração dos investimentos (FBKF) e a desaceleração do consumo das famílias, pelo lado da demanda. Essa perda de fôlego da economia reflete, entre outros fatores, o fim dos efeitos positivos da super safra agrícola, a política monetária restritiva e a desaceleração da economia global. Ainda assim, o crescimento econômico deve ficar próximo a 3% no ano, o que é um resultado bastante positivo.

O mercado também aguarda a divulgação de alguns dados de outubro adiados em caráter excepcional (mobilização dos servidores) pelo Banco Central, em especial, os números do crédito. As estatísticas do mercado de crédito serão conhecidas amanhã (5) e devem mostrar um crescimento de 0,4% do saldo total no mês, segundo a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban. Apesar de mais um avanço mensal, o ritmo de expansão anual da carteira deve seguir perdendo fôlego, passando de 8,0% para 7,4%, ainda refletindo os fatores que se acumulam desde o fim de 2022, como juros, inadimplência e endividamento elevados (apesar da queda recente). Como o BC atrasou a divulgação dos resultados, estamos divulgando novamente nesta edição o resultado da nossa [Pesquisa Especial de Crédito](#). Na quarta (6), o BC divulga as estatísticas fiscais do setor público consolidado, enquanto os números do setor externo foram divulgados hoje (4) cedo e mostraram um déficit em transações correntes de US\$ 0,3 bi no mês, bem menor do que o observado em outubro do ano passado (US\$ -5,8 bi), em função do bom desempenho da balança comercial, que tem contribuído para manter o dólar abaixo de R\$ 5,00.

A semana ainda traz dados do setor automotivo e de inflação. A Fenabrave informa ainda hoje (4) o número de emplacamento de veículos no mês de novembro, enquanto o resultado da produção será divulgada pela Anfavea na quarta (6). No cenário inflacionário, a FGV divulga o IGP-DI de novembro na quarta (6), que deve subir 0,59% no mês, pressionado pela alta dos preços das *commodities* agrícolas no atacado. Em 12 meses, o índice deve passar de -4,27% para -3,54%.

No cenário internacional, destaque para os dados de emprego (*payroll*) dos EUA, importante para avaliar os efeitos do aperto monetário na criação de vagas e salários, que começam a dar sinais mais evidentes de moderação. O resultado será conhecido na sexta (8) e a expectativa do consenso é de geração de 180 mil vagas em novembro, pouco acima do dado de outubro (+150 mil), mas ainda abaixo da média dos últimos 3 meses (+204 mil vagas). Com isso, é esperado que a taxa de desemprego permaneça estável em 3,9%. Atenção também para os ganhos salariais, cuja expectativa é de desaceleração para 4,0% em 12 meses (ante 4,1%), mas ainda em ritmo bem acima da meta de inflação (2,0%).

Os agentes também se voltam para a China, onde serão divulgados, na quinta (7), os números da balança comercial de novembro, que darão novas pistas sobre o ritmo da atividade no país. A expectativa é de números um pouco melhores em relação ao observado nos últimos meses, refletindo os estímulos econômicos implementados no país, especialmente no caso das importações. As exportações devem seguir em queda no comparativo com o mesmo mês de 2022 (-0,9%), mas em ritmo menos intenso que em outubro (-6,4%), enquanto as importações devem subir 3,7% no mesmo comparativo (ante +3,0%). Ainda na China, na sexta (8), serão conhecidos os índices de preços ao consumidor (CPI) e produtor (PPI), que devem seguir em deflação.

Fechando os destaques da agenda internacional, também serão conhecidos dados de atividade dos EUA e da Europa. Na terça (5) serão divulgadas as leituras finais do índice PMI do setor de serviços referente a novembro de ambas as economias. Já na Europa, teremos também os resultados das vendas no varejo de outubro e a 3ª leitura do PIB do 3T23.

A próxima página traz o quadro completo da agenda de indicadores com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
04/dez	BCB: Estatísticas do Setor Externo	Out/23	US\$ -0,8 bi	US\$ -1,4 bi
04/dez	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Nov/23	-	20,4% a/a
05/dez	IBGE: PIB	3º tri/23	-0,3% t/t-1 1,8% t/t-4	0,9% t/t-1 3,4% t/t-4
05/dez	BCB: Estatísticas de Crédito	Out/23	0,4% m/m* 7,4% a/a*	0,8% m/m 8,0% a/a
06/dez	BCB: Estatísticas Fiscais	Out/23	R\$ 17,2 bi	R\$ -18,1 bi
06/dez	Anfavea: Produção de Veículos	Nov/23	-	0,5% a/a
06/dez	FGV: IGP-DI	Nov/23	0,59% m/m -3,54% a/a	0,51% m/m -4,27% a/a

Fonte: Bloomberg. *Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
04/dez	China	PMI Caixin Serviços	Nov/23	50,5 pts	50,4 pts
05/dez	Zona do Euro	PMI Serviços	Nov/23 – final	48,2 pts	47,8 pts
05/dez	EUA	PMI / ISM Serviços	Nov/23 - final	50,8 pts / 52,3 pts	50,6 pts / 51,8 pts
06/dez	Zona do Euro	Vendas no varejo	Out/23	0,2% m/m	-0,3% m/m
07/dez	Zona do Euro	PIB	3º tri/23 – 3ª leitura	-0,1% t/t-1	0,2% t/t-1
07/dez	China	Balança Comercial (Exportações / Importações)	Nov/23	-0,9% a/a 3,7% a/a	-6,4% a/a 3,0% a/a
08/dez	EUA	Dados do Mercado de Trabalho – Geração de Vagas /Taxa de Desemprego	Nov/23	180 mil / 3,9%	150 mil / 3,9%
08/dez	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Dez/23 – prévia	62,0 pts	61,3 pts
08/dez	China	Inflação ao Consumidor (CPI)	Nov/23	-0,1% a/a	-0,2% a/a
08/dez	China	Inflação ao Produtor (PPI)	Nov/23	-2,8% a/a	-2,6% a/a

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

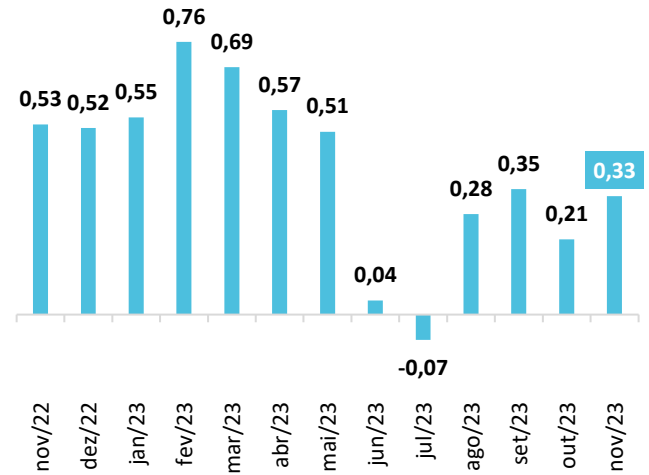
Inflação segue desacelerando e mercado de trabalho dá sinais de arrefecimento

A prévia da inflação, o IPCA-15, subiu 0,33% em novembro, pouco acima do esperado (0,31%), mas com alta concentrada em itens voláteis, mantendo uma leitura benigna do cenário. O índice acelerou ante o mês anterior (+0,21%), bastante influenciado pelos preços dos alimentos consumidos no domicílio (+1,06%), que voltaram a subir após 5 quedas consecutivas e responderam por 48,1% da inflação do mês. A alta decorre da piora das condições climáticas em função do fenômeno *El Niño*, pressionando especialmente os itens *in natura*, como tubérculos, raízes e legumes (+9,07%) e hortaliças e verduras (+6,14%). Já o maior impacto individual veio das passagens aéreas (+0,16 pp), item bastante volátil e que aumentou 19,03% no mês, pressionado pelo aumento do preço do querosene de aviação. Na outra ponta, a queda dos preços dos combustíveis, especialmente da gasolina (-2,25%), diante da redução dos preços feita pela Petrobras para as refinarias, contribuiu para conter o avanço do indicador.

Com o resultado, o índice voltou à trajetória de desaceleração em 12 meses, passando de 5,05% para 4,84%, reforçando as expectativas de que a inflação encerre o ano abaixo do teto da meta (4,75%). Adicionalmente, a leitura seguiu mostrando uma composição benigna, com acomodação das medidas mais sensíveis à política monetária, como a inflação de serviços (subjacentes), cuja variação passou de 4,88% para 4,60%. No geral, o resultado dá suporte para o Copom seguir com o processo de redução da taxa Selic (em 0,50 pp) nas próximas reuniões.

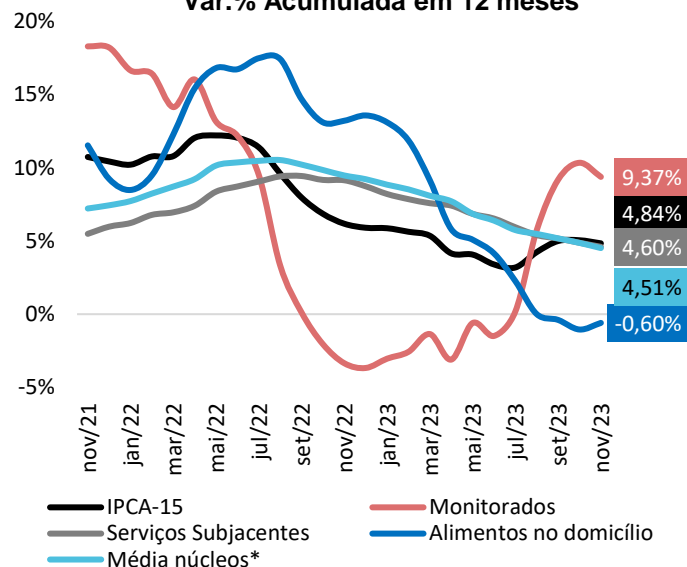
Já o IGP-M, calculado pela FGV, também mostrou ligeira aceleração ante o mês anterior, passando de uma alta de 0,50% em outubro para 0,59% em novembro. Tal movimento refletiu a reversão dos preços dos produtos agropecuários no atacado, que saíram de uma deflação de 0,27% para uma alta de 0,69%, diante do incremento nos preços de importantes itens, como farelo de soja e café. No geral, a desinflação via *commodities* parece estar chegando ao fim, sobretudo no caso dos alimentos, cujos preços podem continuar sendo pressionados por eventos climáticos adversos. De toda forma, por ora, a dinâmica dos preços ao produtor ainda segue benigna, contribuindo para a continuidade do ciclo de desinflação da economia.

Quadro 1: IPCA-15 – Var. % mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA-15 e Índices Subjacentes – Var.% Acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Os números do mercado de trabalho seguem mostrando um cenário positivo, mas com sinais de algum esgotamento do processo de melhora, especialmente de acordo com a PNAD do IBGE. A taxa de desemprego calculada pela PNAD (IBGE) recuou para 7,6% em outubro (ante 7,7% setembro), a menor para o período desde 2014 (6,7%). Contudo, o resultado é beneficiado pela sazonalidade do 4º trimestre, quando aumentam as contratações para os eventos de final de ano. Com ajuste sazonal, a taxa mostrou uma ligeira alta, de 7,8% para 7,9%, a primeira desde janeiro.

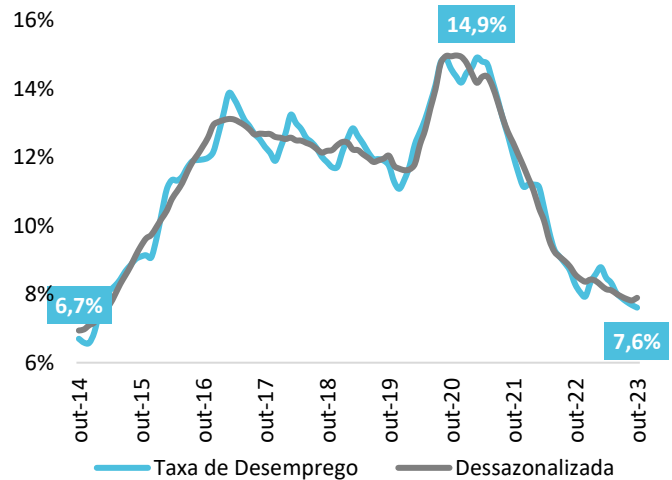
Na comparação com o trimestre anterior (encerrado em julho), a ocupação avançou 0,9%, puxada pelo setor formal (+1,7%); enquanto o pessoal desocupado recuou 3,1%. Contudo, quando se compara com o mesmo período do ano passado (livre de questões sazonais), observa-se arrefecimento do processo de aumento da ocupação, com alta de 0,5% (ante +0,7% em jul/23). De toda forma, o rendimento médio real seguiu avançando, com alta em 12 meses de 3,8%, explicado tanto pelo aumento da renda, como pela melhora da composição do emprego (aumento da ocupação no setor formal). Com isso, a massa salarial real subiu 4,7% (em 12 meses), ajudando manter o consumo das famílias em expansão.

Já os números do Caged mostraram um quadro mais positivo do que a PNAD. Segundo o Caged, o mercado formal registrou criação líquida de 190,4 mil vagas em outubro, acima do esperado (135,0 mil), e com abertura em praticamente todos os setores, com destaque para os serviços (+109,9 mil). Além disso, o resultado foi melhor do que em outubro do ano passado, quando houve abertura de 160,3 mil vagas. Assim, no acumulado em 12 meses, a série interrompeu a trajetória de desaceleração que ocorria desde março/23 e voltou a ganhar algum fôlego, passando de 1,43 milhão para 1,46 milhão empregos criados, sugerindo um mercado ainda sólido.

No geral, os dados indicam um ano positivo para o mercado de trabalho. O setor formal deve encerrar 2023 com geração próxima de 1,5 milhão de vagas, enquanto a taxa de desemprego deve fechar o ano próxima a 7,5%. Porém, os sinais são de algum esgotamento de tal processo, que devem levar a um ano de 2024 mais morno.

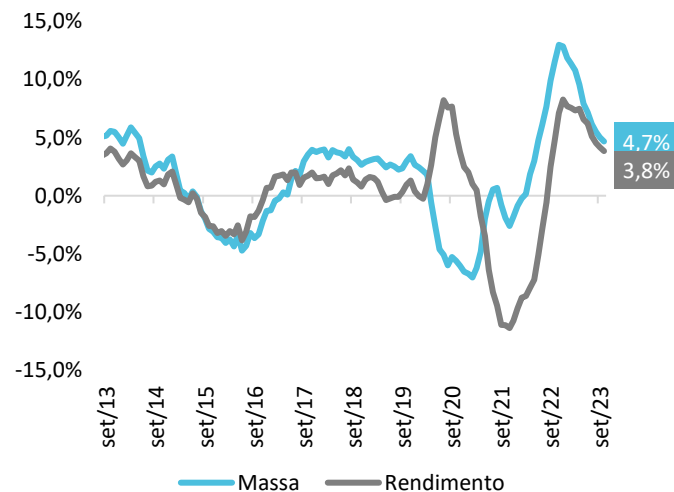
Em relação à atividade, a produção industrial cresceu 0,1% em outubro, um pouco abaixo do esperado (+0,2%), mantendo os sinais de baixo dinamismo do setor, que registra estabilidade (0,0%) no acumulado do ano. No mês, o predomínio foi de taxas negativas entre as grandes categorias, com 3 dos 4 ramos analisados apresentando retração. As quedas foram novamente mais intensas na produção de bens de capital (-1,1%) e de bens duráveis (-2,4%), as mais afetadas pelos efeitos da política monetária restritiva.

Quadro 3: Taxa de Desemprego % da População Economicamente Ativa



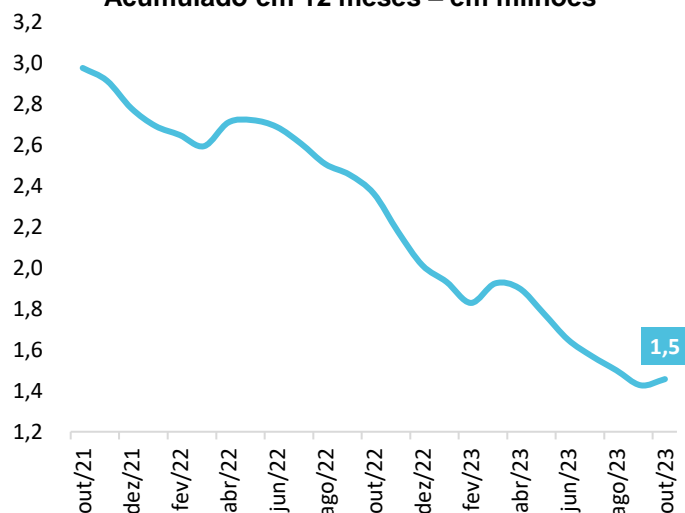
Fonte: PNAD Contínua

Quadro 4: Rendimento Médio Real e Massa Salarial Real – Var.% 12 meses



Fonte: PNAD Contínua

Quadro 5: Geração de Vagas Formais – Acumulado em 12 meses – em milhões



Fonte: Caged

Neste sentido, importante notar que a indústria de bens de capital é o segmento que registra o pior desempenho no acumulado do ano, com queda de 10,3%. Ainda em outubro, a produção de bens semi e não duráveis também caiu (-0,3%), mas de forma menos intensa. Apenas a produção de bens intermediários avançou (+0,9%) no período.

No geral, a leitura mostra que o setor segue estagnado. A ligeira alta em outubro deixa uma herança estatística de apenas 0,2% para o 4º trimestre, insuficiente para alterar tal cenário, que deve levar a produção industrial a registrar crescimento nulo no ano.

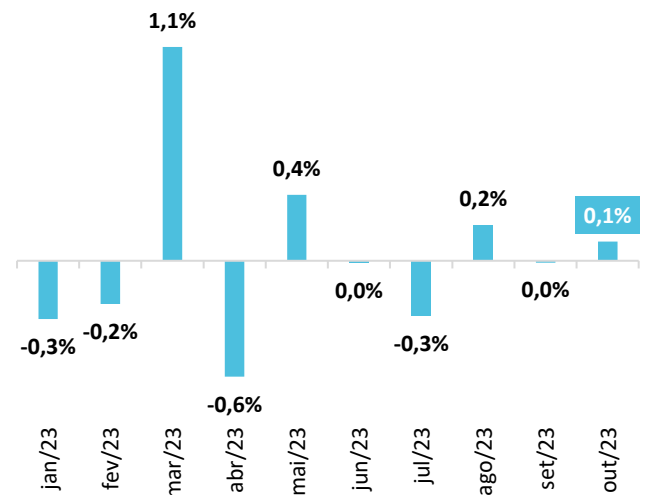
Também em relação à atividade, a FGV divulgou as sondagens de confiança dos empresários em novembro, que continuaram apontando um enfraquecimento da economia no 4º trimestre. O Índice de Confiança Empresarial (ICE) caiu 1,1 ponto no mês, registrando a 3ª queda seguida e mantendo a dinâmica apresentada nos últimos meses, que apontou alguma melhora sobre a percepção da situação atual, mas uma piora acentuada nas expectativas para os próximos meses. No mês, a percepção de melhora da situação corrente ficou concentrada na indústria, diante da queda dos volumes dos estoques. Quanto às perspectivas futuras, a queda foi mais intensa entre os empresários do comércio.

No âmbito fiscal, o Tesouro Nacional divulgou que o governo central registrou superávit primário de R\$ 18,3 bilhões em outubro, pouco superior ao esperado pelos analistas (R\$ 15,4 bi), mas inferior ao registrado no mesmo mês de 2022 (R\$ 32,1 bi). A piora no comparativo com out/22 (em termos reais) resulta de receitas praticamente estáveis e aumento das despesas.

As receitas líquidas subiram 0,6% no mês, lideradas pela alta das outras receitas administradas pela RFB (+80,1%), em função da maior arrecadação com depósitos judiciais e com o programa de redução de litigiosidade, praticamente compensadas pela queda das receitas decorrentes da exploração de recursos naturais (-15,1%), diante da queda do dólar e do preço do petróleo. Já as despesas subiram 10,1% em termos reais ante out/22, especialmente em função do aumento em gastos com o Bolsa Família (+92,6%) e saúde (+46,9%).

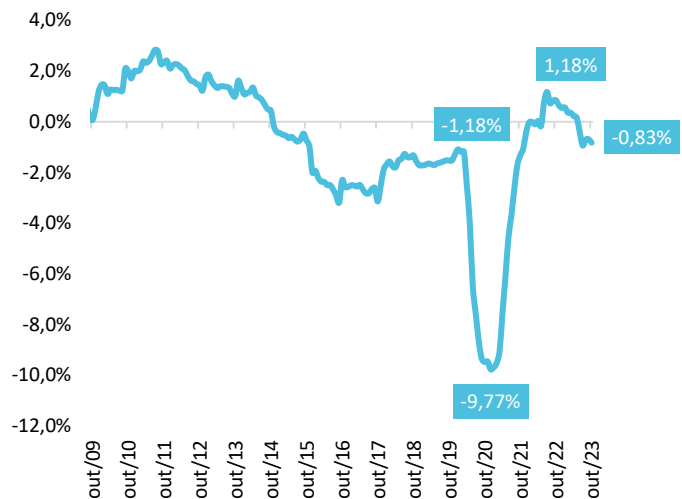
No acumulado do ano, as receitas líquidas recuam 3,3%, enquanto as despesas sobem 5,7%, revertendo o superávit primário de R\$ 70,0 bi nos dez primeiros meses de 2022 para um déficit de R\$ 74,6 bi neste ano. A expectativa é que o governo central apresente um déficit da ordem de R\$ 140 bi neste ano (dada a concentração de despesas no fim do ano), ainda sem considerar o pagamento do estoque atrasado de precatórios, que acumula cerca de R\$ 95 bi.

Quadro 6: Produção Industrial – Var. % mensal



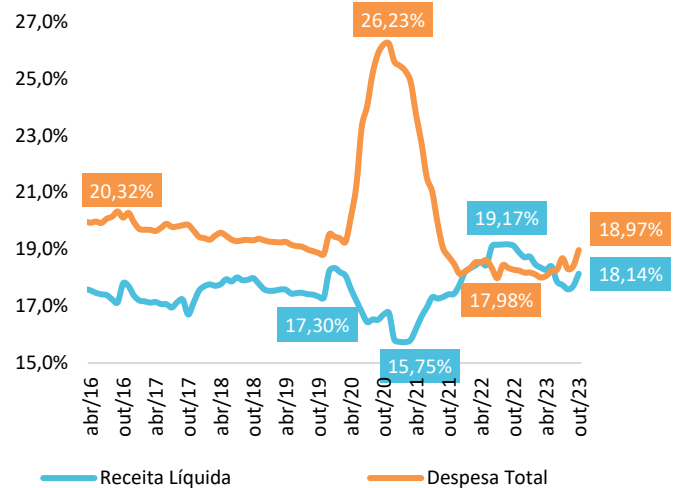
Fonte: IBGE

Quadro 7: Resultado Primário do Governo Central - Em % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional.

Quadro 8: Evolução das Receitas Líquidas e Despesas Totais - % do PIB (acum. 12 meses)



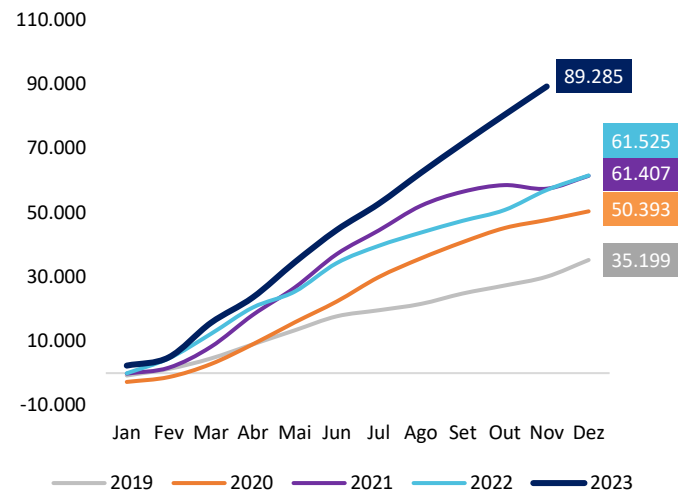
Fonte: Tesouro Nacional.

A balança comercial registrou um superávit de US\$ 8,8 bilhões em novembro, acima do valor registrado no mesmo mês do ano passado (US\$ 6,2 bi). O resultado foi o melhor da série histórica (desde 1994) para o mês de novembro e continua refletindo o patamar alto das exportações e o menor nível das importações.

As exportações totalizaram US\$ 27,8 bi no mês, relativamente estável (+0,6%) ante novembro de 2022, na média por dia útil. Já as importações foram de US\$ 19,0 bi, valor 11,2% inferior no mesmo comparativo. Nos dois casos, os preços caíram: -4,0% (exportações) e -9,0% (importações); porém, o volume de importação também recuou ante nov/22 (-1,8%), enquanto nas exportações houve crescimento de 5,1% do volume, mais do que compensando a queda nos preços, com bom desempenho do setor agropecuário (+46,6%) e da indústria extrativa (+5,0%).

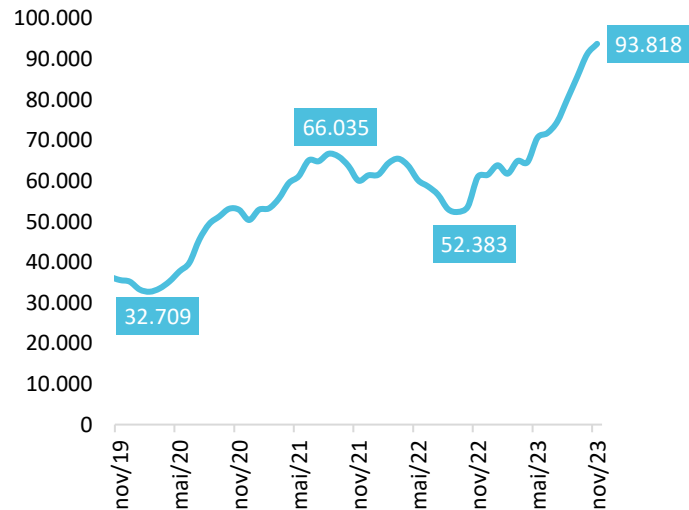
O resultado fez com que a balança comercial atingisse um superávit de US\$ 93,8 bi nos últimos 12 meses, recorde da série. Com isso, o superávit em 2023 pode atingir US\$ 95 bi, superando com bastante folga o recorde anual atingido em 2022 (US\$ 61,5 bi).

Quadro 9: Saldo Comercial Acumulado no Ano Em US\$ milhões



Fonte: Mdic.

Quadro 10: Saldo Comercial Acum. 12 meses - Em US\$ milhões



Fonte: Mdic.

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Atividade e inflação desaceleram nos EUA e dão suporte à manutenção dos juros

Dados de atividade e inflação voltaram a desacelerar nos EUA, aumentando a confiança dos agentes que o processo de aperto monetário implementado pelo Fed terminou, ajudando a manter o viés positivo dos mercados. Além disso, comentários *dovish* de alguns dirigentes do Fed também reforçaram as apostas do mercado de que o Colegiado não deve mais subir os juros e que o processo de queda da taxa básica deve começar já em março de 2024 (o que parece ser otimista). Com isso, durante a semana, houve nova queda no rendimento das *Treasuries*, onde as taxas de 10 anos se aproximam de 4,2% aa (ante 5,0% aa no fim de outubro).

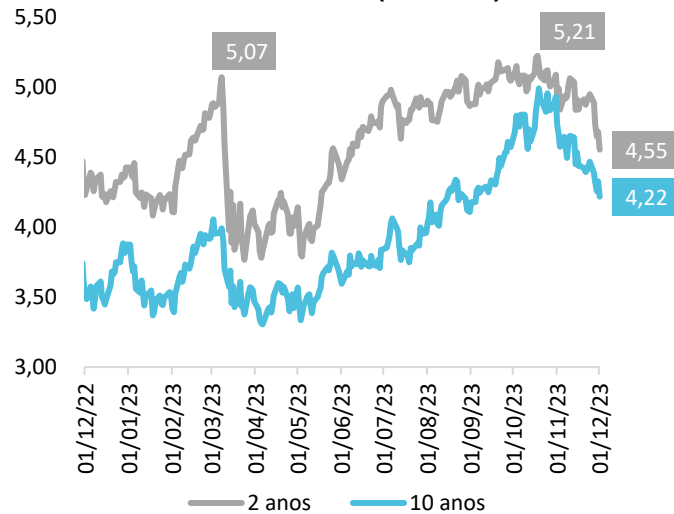
Com relação aos dados, a renda e os gastos pessoais subiram 0,2% no mês de outubro, ambos em linha com o esperado. No caso dos gastos, o número representa uma forte desaceleração ante o mês anterior (+0,7%) e o menor crescimento dos últimos cinco meses, reforçando o arrefecimento da atividade. Já no âmbito da inflação, o índice PCE (deflator de gastos pessoais) ficou estável no mês de outubro. Assim, em 12 meses, o indicador desacelerou para 3,0%, ante 3,4%, mais do que o esperado pelo mercado (+3,1%). O núcleo do PCE recuou conforme o esperado (+3,7% para +3,5%) e segue caindo mais lentamente, dado que a atividade ainda segue forte (apesar dos sinais de desaceleração).

Com relação às expectativas, a leitura final de novembro do PMI da indústria veio em linha com o esperado, com a métrica entrando em território contracionista (49,4 pts ante 50,0 pts). Neste mesmo sentido, o Livro Bege, que traz as expectativas dos empresários, indicou que a atividade segue desacelerando, com menor procura por mão de obra. Já o crescimento do PIB do 3T23 foi revisado para cima, para uma alta anualizada de 5,2% (ou 1,3% na margem) ante o tri anterior, reforçando a força da economia no período.

Na Zona do Euro, a prévia da inflação (CPI) de novembro desacelerou para 2,4% em 12 meses (ante 2,9%), com alívio disseminado entre os itens. Além disso, também houve melhora no núcleo, que desacelerou de 4,2% para 3,6%, aumentando a confiança no processo de desinflação no continente. Enquanto isso, o PMI da indústria de novembro subiu de 43,1 para 44,2 pts, mas segue em nível bastante baixo, sinalizando que a atividade segue em retração na região.

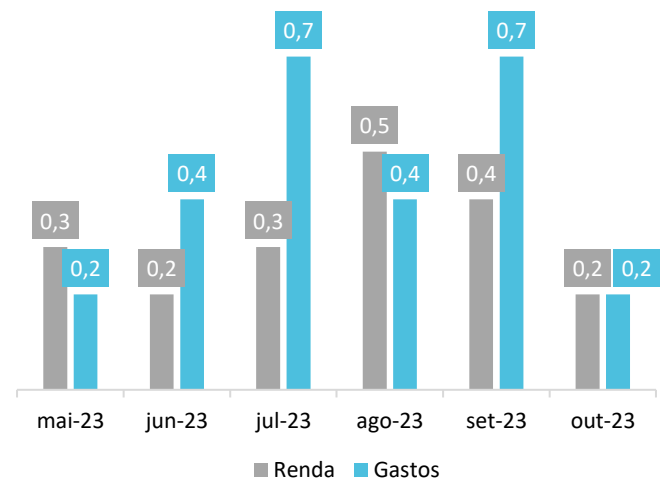
Já na China, os PMIs decepcionaram ao caírem, tanto nos serviços (50,2 pts ante 50,6 pts) como na indústria (49,4 pts ante 49,5 pts), sugerindo que a retomada ainda é frágil no país e há necessidade de novos estímulos.

Quadro 11: EUA – Taxas de Juros das *Treasuries* de 2 e 10 anos (Em % aa)



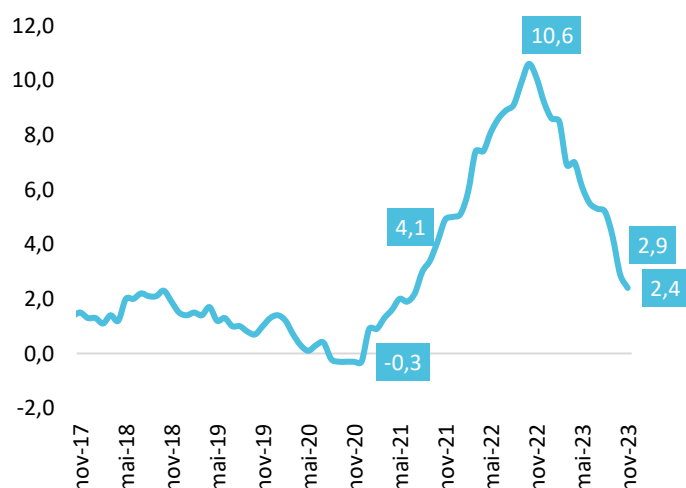
Fonte: Bloomberg.

Quadro 12: EUA – Renda e Gastos Pessoais Var. % m/m



Fonte: Bloomberg.

Quadro 13: Zona do Euro – Inflação ao Consumidor (CPI) – Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

CRÉDITO / BANCOS

Crédito deve crescer 0,4% em outubro e desacelerar para 7,4% em 12 meses

O saldo total da carteira de crédito deve crescer 0,4% em outubro, segundo a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban. Apesar do novo avanço no mês, o resultado deve manter a tendência de desaceleração do ritmo anual de expansão do crédito, que deve passar de 8,0% para 7,4%.

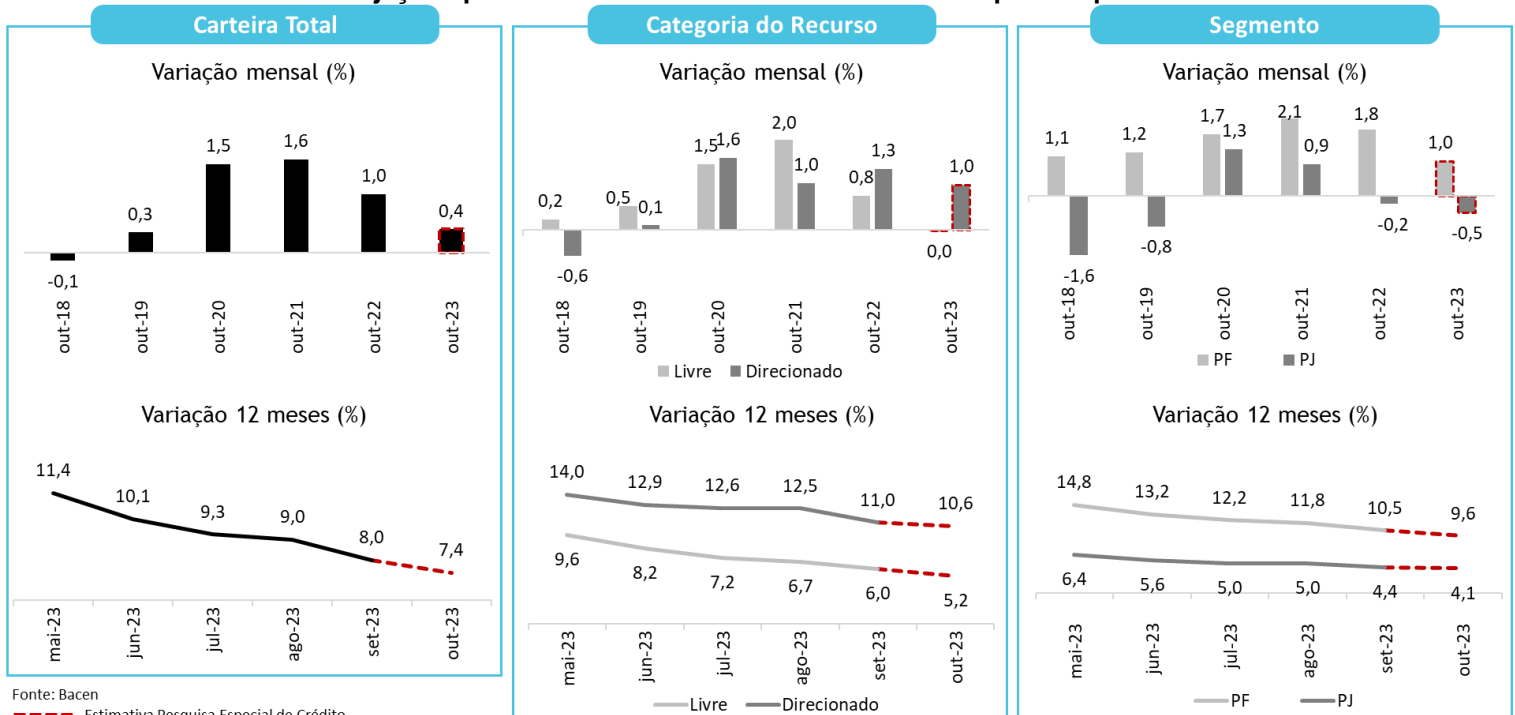
No mês, o crescimento do crédito deve ser liderado pela carteira destinada às famílias, cuja alta estimada é de 1,0%, com performance similar na carteira livre (+1,0%) e direcionada (+0,9%). No caso da carteira livre, o crescimento deve ser puxado pela cartão à vista, devolvendo a queda do mês anterior (beneficiado, dentre outros, pelo maior número de dias úteis no mês); e pela carteira de veículos, que tem mostrado alguma retomada nos últimos meses. Por outro lado, as linhas rotativas devem recuar, diante da redução do risco da carteira pelas IFs. Já na carteira direcionada, o crédito rural deve seguir como protagonista. Em 12 meses, a carteira PF deve seguir em acomodação, passando de uma alta de 10,5% para 9,6%.

A carteira PJ, por sua vez, deve recuar 0,5% em outubro, refletindo a queda do segmento com recursos livres (-1,4%), puxado pelo movimento sazonal das linhas de descontos (queda em início de trimestre), além de alguma fragilidade ainda em linhas importantes, como o capital de giro. Já o segmento com recursos direcionados deve crescer 1,2%, impulsionado pelos programas públicos de crédito. De forma similar, a expansão em 12 meses da carteira PJ deve desacelerar, de 4,4% para 4,1%.

No geral, o crédito deve seguir crescendo, embora de forma mais modesta que nos últimos anos. Esse movimento segue explicado pelos mesmos fatores que se acumulam desde o fim de 2022, como a taxa básica de juros em níveis elevados, alta da inadimplência e do endividamento das famílias. Tais fatores têm impactado negativamente o ritmo de expansão anual da carteira, que deve ficar pouco acima de 7% em 2023, em termos nominais, (ou cerca de 2,5% real), ainda assim, em linha com a atividade.

Importante destacar que a expectativa é de alguma melhora na dinâmica do crédito em 2024. Além dos sucessivos cortes da taxa Selic, os últimos meses já mostraram recuo das taxas de juros e da inadimplência, que também tendem a beneficiar o segmento.

Quadro 14: Projeções para o Saldo da Carteira de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Fonte: Bacen
 --- Estimativa Pesquisa Especial de Crédito

Nota Metodológica: As variações são calculadas tendo como base os valores oficiais divulgados pelo Banco Central.

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

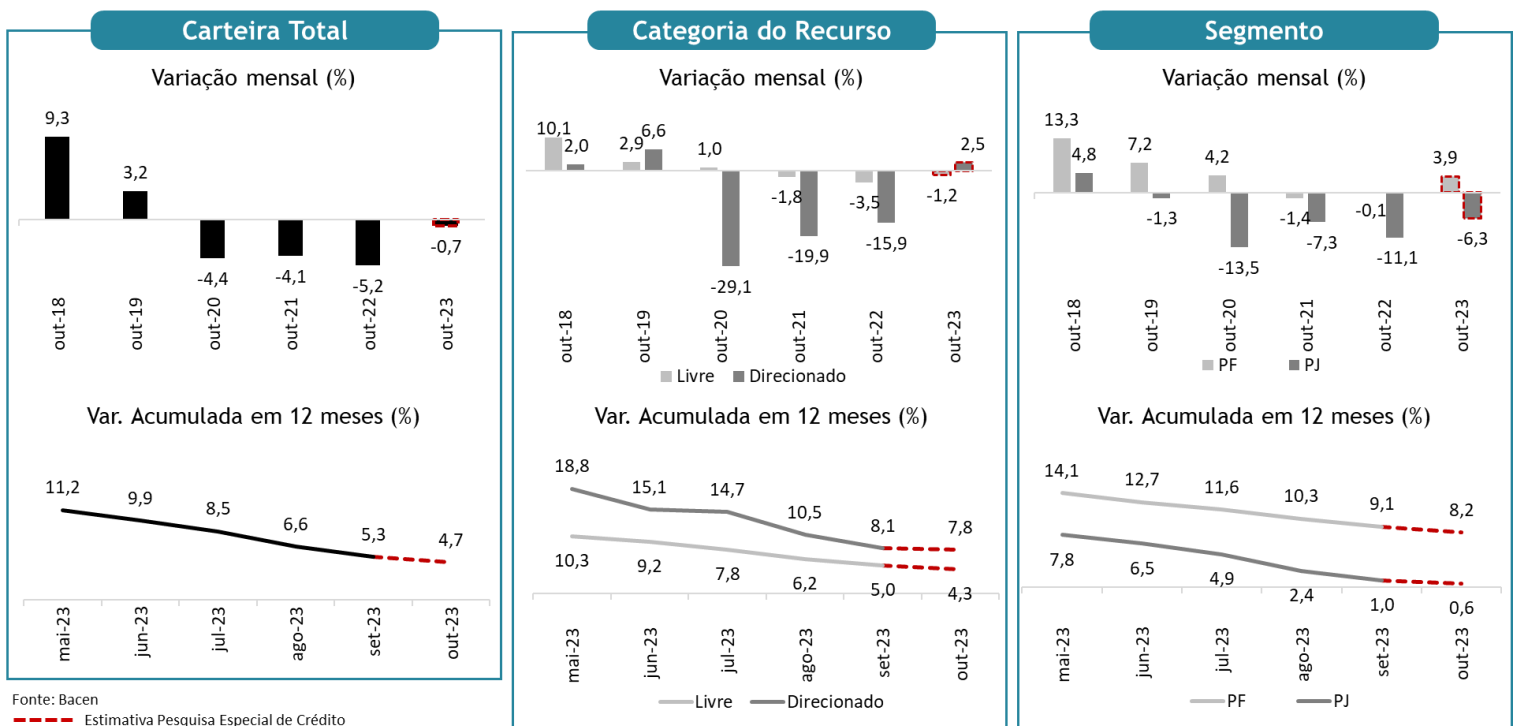
Em relação às concessões, a Pesquisa aponta retração mensal de 0,7% em outubro. Quando ajustado pelo número de dias úteis, no entanto, a queda deve sair mais intensa, de 5,5% no mês.

O recuo das concessões, ajustadas por dias úteis, deve ser relativamente disseminado entre os diversos segmentos, mas mais forte na carteira PJ (-10,8%) devido à sazonalidade negativa das linhas de fluxo de caixa. Já na carteira PF, a queda deve ser puxada pelo segmento com recursos direcionados, onde o fluxo de novos recursos do novo Plano Safra tende a diminuir com o avanço do programa.

No acumulado em 12 meses, o crescimento do volume de novas concessões deve continuar em trajetória de desaceleração, passando de 5,3% para 4,7%, com perda de fôlego tanto na carteira PJ (de 1,0% para 0,6%) quanto na PF (de 9,1% para 8,2%).

A Nota de Política Monetária e Crédito será divulgada pelo Banco Central na terça-feira, dia 05 de dezembro. Para ver o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 15: Projeções para as Concessões de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



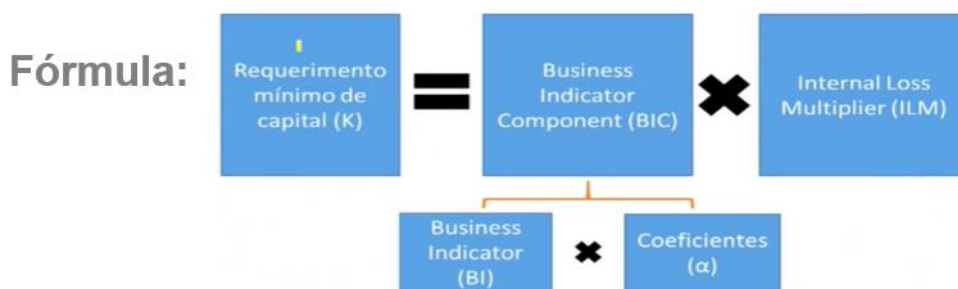
Regulação – Risco Operacional

CRÉDITO / BANCOS

BCB altera requerimento de capital para o risco operacional previsto em Basileia III

O Banco Central do Brasil (BCB) publicou, na última semana, a [Resolução Nº 356](#) que estabelece novos procedimentos de cálculo do requerimento de capital para o risco operacional (RWAOPAD), adequando a regulação local as recomendações do Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (BCBS, em inglês) incluídas no acordo de Basileia III. A resolução é relevante, uma vez que, segundo o próprio BCB, o RWAOPAD representa a segunda maior parcela do capital exigido do Sistema Financeiro Nacional (SFN), correspondendo a quase 10% do RWA total do sistema bancário nacional. O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas em eventos externos, falha ou inadequação de processos internos, incluindo questões legais.

A metodologia introduzida pela resolução substituirá as três metodologias vigentes atualmente (Circular nº 3.640 de 4 de março de 2013), conforme definido por Basileia, inserindo um modelo padronizado e único. Segundo o BCB, tal modelo é mais robusto, sensível ao risco e melhora a comparação entre o requerimento de capital entre as IFs. Um dos destaques é a inclusão de um componente de perdas internas que aumentará a sensibilidade do capital requerido ao histórico observado entre o indicador de perdas operacionais (ILM) e o volume de negócios de determinada IF (BIC). A aplicação do componente de perdas operacionais será obrigatório aos Segmentos S1 e S2, opcional ao S3 e neutro para o S4.



A estimativa do BCB é que a nova regra acarretará um aumento na exigência de capital do SFN no valor de R\$ 34 bilhões, que equivale a 2,6% do Patrimônio de Referência (PR) de todo o sistema, adicionalmente aos cerca de R\$ 50 bilhões atualmente já alocados. Contudo, a norma entrará em vigor apenas em 1º de janeiro de 2025 e será implantada de forma faseada até 2028 (25% ao ano), diluindo ao longo desses quatro anos o impacto do aumento do capital requerido.

A Febraban avalia que esta é uma norma importante do arcabouço regulatório de Basileia III, no qual o Brasil é signatário e vem implementando com máximo *compliance* no tempo e na forma, conforme atestado pelos relatórios de avaliação do BIS. O objetivo da norma é endereçar as fragilidades percebidas na regulação internacional, na época da crise financeira de 2008, que não foi causada pelos bancos brasileiros. Nosso desafio é recepcionar a regulação internacional, em meio às particularidades tão pronunciadas no Brasil, sobretudo pelo complexo ambiente trabalhista, jurídico e institucional.

A norma final publicada pelo BCB é adequada para garantir o rigor da proposta, alinhada às diretrizes internacionais e, ao mesmo tempo, preservar as particularidades e a eficiência do ponto de vista da realidade local. O impacto no capital dos bancos, com a redução do volume de perdas elegíveis ao cálculo do capital requerido para risco operacional, tratará de forma mais adequada as perdas de baixo valor e maior frequência, característica particular do Brasil. Além disso, a norma entrará em vigor integralmente apenas em 2028, permitindo que o aumento de capital necessário seja absorvido de forma gradual pelos bancos brasileiros. Para ler a nota oficial do BCB, [clique aqui](#).

Regulação – Estabilidade Financeira

CRÉDITO / BANCOS

Ata do Comef reforça percepção de resiliência do SFN, enquanto IFs apontam o cenário internacional como principal fonte de risco para a estabilidade financeira

O BCB divulgou a Ata da última reunião do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), realizada nos dias 21 e 22 de novembro. Em sua 55ª reunião, o Comitê manteve o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCPBrasil) inalterado em 0%, com isso, os bancos seguiram sem exigência de acúmulo extra de capital.

Na Ata, o Comef detalhou que o crédito segue desacelerando, em especial nas linhas de maior risco na carteira destinada às famílias. Além disso, prossegue a desaceleração no crédito PJ, mas o mercado de dívida corporativa doméstica consolidou seu movimento de retomada e vem ganhando representatividade como forma de financiamento entre as grandes empresas. O documento destacou que, apesar da redução de apetite na concessão de crédito, o ambiente segue demandando atenção, em função do endividamento e comprometimento de renda das famílias seguirem em níveis historicamente elevados. Neste sentido, recomendou que as IFs sigam preservando a qualidade das concessões.

As provisões se mantêm acima das perdas esperadas e condizentes com a materialização do risco. Prospectivamente, o BCB entende que a melhora da qualidade das novas concessões sugere redução dos índices de inadimplência entre as famílias. Por outro lado, a materialização de riscos tende a continuar entre as MPMEs. Além disso, os níveis de capitalização e liquidez do SFN seguem acima dos requerimentos prudenciais, com os resultados dos testes de estresse mostrando um sistema resiliente. De toda forma, o Comef apontou que segue atento à dinâmica de resgates da caderneta de poupança e seus efeitos nas concessões de crédito imobiliário. Outro ponto relevante destacado pelo Comef se referiu a medida prudencial referente ao requerimento de capital para precatórios, que ajudou a disciplinar a aquisição desses ativos.

Quanto ao cenário internacional, a Ata destacou que ainda há vulnerabilidades no sistema financeiro internacional, em especial nos bancos de menor porte dos EUA que possuem exposição ao setor imobiliário corporativo. Ainda, o aumento da volatilidade dos juros americanos aumenta a chance de eventuais reprecificações dos ativos no mercado global. De toda forma, o Comef avaliou que as economias emergentes tem mostrado resiliência, apesar do cenário externo adverso.

Por fim, o Comef decidiu que manterá o ACCPBrasil em 0% nas próximas reuniões, diante da ausência de acúmulo significativo de riscos financeiros. Além disso, vale notar que as decisões sobre o ACCPBrasil entram em vigor somente um ano após a decisão do Comitê. [Clique aqui](#) para acessar a Ata na íntegra.

Ainda na última semana, o Banco Central divulgou a Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF), realizada trimestralmente juntos às instituições financeiras. Nesta edição, foram consultadas 99 IFs (sendo 75 reguladas diretamente pelo BCB).

Dentre os riscos à estabilidade financeira, os decorrentes do cenário internacional foram apontados como os mais relevantes pela maioria das IFs (39 respostas ante 28 na pesquisa de agosto), em função da percepção de que os juros seguirão elevados por mais tempo nos EUA, pela subida das taxas das *Treasuries* e a eclosão do novo conflito no Oriente Médio.

Por outro lado, os riscos fiscais (25 ante 32) e aqueles decorrentes da atividade e inadimplência (15 ante 18) perderam relevância.

Contudo, vale notar que houve uma piora na percepção sobre o ciclo econômico, com o aumento da porcentagem de respondentes que avaliam que a economia está em contração e com a redução da parcela dos que consideram que está em recuperação, provavelmente refletindo sinais de desaceleração na economia, segundo apontou o BCB.

De toda forma, a confiança na estabilidade do SFN continua elevada, com o índice de confiança próximo das máximas históricas.

Para acessar o resultado completo da Pesquisa, [clique aqui](#).



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2023				2024			
	01/12/23	24/11/23	03/11/23	Viés	01/12/23	24/11/23	03/11/23	Viés
IPCA (%)	4,54	4,53	4,63	▲	3,92	3,91	3,91	▲
PIB (% de crescimento)	2,84	2,84	2,89	↔	1,50	1,50	1,50	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	11,75	11,75	11,75	↔	9,25	9,25	9,25	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	4,99	5,00	5,00	▼	5,03	5,05	5,05	▼

Fonte: Banco Central do Brasil

Indicadores do Mercado	01/12/23	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,88	-0,39%	-0,75%	-7,53%	-5,95%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	146,07	-1,40%	-0,37%	-42,50%	-39,68%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	11,86	-0,61%	-0,18%	-13,10%	-13,20%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	10,36	-1,55%	-0,38%	-22,77%	-25,97%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	10,46	-2,78%	-0,25%	-17,12%	-17,66%
Índice Ibovespa (em pontos)	128.184,91	2,13%	0,67%	16,81%	15,56%
IFNC (setor financeiro)	12.894,96	3,38%	0,34%	25,76%	26,99%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,50	0,00%	0,00%	22,22%	37,50%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,54	-8,29%	-3,03%	2,54%	7,35%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,20	-6,07%	-3,02%	8,28%	19,71%
Dollar Index	103,27	-0,13%	-0,22%	-0,25%	-1,39%
Índice S&P 500 (em pontos)	4.594,63	0,77%	0,59%	19,67%	12,71%
Índice de ações de bancos – EUA	98,79	6,26%	5,32%	-13,41%	-20,24%
Índice Euro Stoxx 50	4.418,51	1,06%	0,82%	16,47%	10,89%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	116,94	1,44%	0,64%	21,99%	25,12%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	78,88	-2,11%	-4,77%	-8,18%	-9,21%

Fonte: Bloomberg

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira